

Agente Fiscal

Rua Debret, 23, salas 401/405 - Centro - CEP 20030-080 - Rio de Janeiro/RJ

SOMENTE A VERDADE INTERESSA

O Unafisco Sindical defende a apuração rigorosa das irregularidades apontadas pela Corregedoria Geral da Receita Federal.

As investigações devem atingir a profundidade e extensão necessárias ao completo esclarecimento dos fatos. Não devem ser limitadas, senão pelos princípios constitucionais e legais.

O sensacionalismo, a precipitação e as disputas internas não devem interferir na condução do caso, sob pena de desmoralizar a investigação e a própria Receita Federal. E de, ao invés de fazer justiça, vitimar pessoas inocentes, deixando impunes eventuais culpados.

Reforma da Previdência

Trabalho Parlamentar prossegue no Senado



AFRF do Rio e integrantes do Fórum Fluminense debateram com os senadores no auditório da DS/RJ.

Pág. 3

Movimento enfrenta período de definições

A proposta do Governo Federal de Reforma da Previdência é, entre tantos, o mais perverso ataque aos direitos dos Servidores Públicos. É também mais um golpe contra o Serviço Público, o Estado e a sociedade brasileira. Em face desta ameaça, os AFRF da DS/RJ, junto com os colegas de todo o Brasil, têm se dedicado a combater essa Reforma com todo o seu empenho.

A gravidade e a adversidade da conjuntura exigiam e exigem que lancemos mão de todas as legítimas armas de que dispomos. E a maior arma de que dispõem os trabalhadores continua a ser a greve, as paralisações. A luta contra essa anti-reforma não é, como todos sabem, só dos AFRF, mas de todos os servidores públicos, federais, estaduais e municipais. Por isso, a partir de abril, começamos a construir um movimento conjunto com outros servidores, em nível nacional no âmbito da Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Públicos Federais (CNESF) e em nível estadual no Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Social.

Depois da votação do 2º turno da PEC 40/03 na Câmara dos Deputados (agora PEC 67/03, no Senado), os demais servidores públicos suspenderam as suas paralisações. Entretanto, os AFRF decidiram, em Plenária Nacional (28/08), continuar as paralisações, embora não mais por tempo indeterminado, como vinha ocorrendo.

O objetivo, ratificado no Conselho de Delegados Sindicais (CDS) de 05 e 06 de setembro, era recuperar o fôlego para, gradativamente, recrudescer a nossa paralisação e reconstruir, a partir do exemplo da resistência da nossa categoria, as paralisações conjuntas com outros servidores.

Passadas três semanas da Plenária Nacional, a realidade era bastante diversa: a greve de outras categorias não era sequer uma possibilidade, fato que explicava, em parte, o crescente esvaziamento das Assembléias em todo o país e as dificuldades para se manter o nível de adesão às nossas paralisações. A ausência de informações sobre a greve nos boletins nacionais era, por si só, um sinal inequívoco de que algo precisava ser corrigido. Algumas propostas nesse sentido foram aprovadas nas Assembléias do Rio de Janeiro, como a intensificação das caravanas para Brasília e a realização de uma avaliação que envolvesse as Delegacias Sindicais de todo o país.

Na véspera da Assembléia Nacional de 18/09, a DEN promoveu uma reunião telefônica com várias Delegacias Sindicais, onde ficou clara a dificuldade da paralisação. Além

dos relatos, a própria ausência de localidades importantes demonstrava isso. E mesmo ignorava-se como andavam as paralisações em lugares como Viracopos e Manaus, por exemplo.

Ficou acertado, então, que a DEN deveria reconvocar o Comando de Mobilização, ao mesmo tempo em que se propunha a ampliação do número de AFRF para o trabalho parlamentar na semana de 22 a 26/09, com a realização de uma avaliação do movimento. O Comando Nacional, já desarticulado, reuniu-se com poucos representantes; o trabalho parlamentar continuou restrito e os AFRF presentes às reuniões de avaliação em Brasília foram quase unânimes quanto à necessidade de suspensão das paralisações para uma rearticulação com outras categorias.

Nesse passo é importante reafirmarmos: acreditamos que a conjuntura continuava (e continua) a exigir a greve, não só dos auditores-fiscais, mas de todos os servidores públicos. Foi ela que alcançou alterações importantes na proposta do Governo, embora muito aquém das exigidas pelo conjunto dos servidores. Entretanto, não basta reconhecer a exigência da conjuntura. É preciso, para sermos responsáveis e conseqüentes, avaliar também o que a realidade permite e prescreve.

Uma greve deve cumprir o objetivo de criar a pressão suficiente para abrir negociações. Se não o cumpre, os dirigentes sindicais não devem tentar mantê-la a qualquer custo, pois isto, além de representar uma aventura perigosa, pode custar a banalização do nosso maior instrumento de luta.

Por tudo isso, os delegados sindicais, reunidos no CDS de 09 e 10 de outubro, tomaram para si a responsabilidade de propor, por ampla maioria, a suspensão das paralisações e a Assembléia Nacional de 13 de outubro assim deliberou. As paralisações foram suspensas, mas a mobilização continua (vide pag 4).

A luta contra a Reforma da Previdência só termina (sem contar a legislação complementar e a luta no âmbito judicial) com a promulgação da Emenda Constitucional. Os AFRF de todo o Brasil sabem o que está em jogo. Portanto nem o cansaço os fará desistir. Mais do que gritos de guerra e notas exortativas, são os atos concretos de organização e a consequente escolha das armas de luta que os farão resistir. E os AFRF da DS/RJ certamente honrarão o reconhecimento e o respeito que têm merecido de toda a categoria pela sua garra e determinação nos movimentos sindicais.

O **Agente Fiscal** é uma publicação mensal da Delegacia Sindical do Rio de Janeiro do **Unafisco Sindical** - Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal. **Presidente:** Alexandre Teixeira. **Vice-Presidente:** Vera Teresa Balieiro A. da Costa. **Secretário-Geral:** Aelio dos Santos. **1º Sec. de Finanças:** José Carlos Sabino Alves. **2º Sec. de Finanças:** Cátia da Silva Beserra. **Sec. de Assuntos Jurídicos:** Lenine Alcântara Moreira. **Sec. de Defesa Profissional:** João Luiz Teixeira de Abreu. **Sec. de Atividades Especiais:** Carlos Eduardo dos Santos Baptista. **Sec. de Ass. de Aposentados:** Lenilson Moraes. **Cons. Fiscal:** José Afonso Silva Ramos, Nelson dos Santos Barbosa, Isaías Soares. **Suplentes:** Alzenda Costa do Rego Barros, Ney Roberto Luiz Coelho, Fernando Moretzsohn de Andrade. **Cons. Editorial:** Alexandre Teixeira, Vera Teresa Balieiro A. da Costa, Cátia da Silva Beserra, José Carlos Sabino Alves, Aelio dos Santos Filho. **Coordenação editorial:** Marcelo Ficher. **Projeto Gráfico:** Andrei Bastos. **Diagramação:** Manuela Leite **Foto:** Ana Paula Batista e Gilson Bezerra. **Foolito:** Ace Digital. **Impressão:** Gráfica Concord. **DS/RJ:** Rua Debret, 23 - salas 401/405 - Centro. CEP: 20030-080. **Fone:** (21)2262-3827 / 2220-6782 (fax). **E-mail:** jornalismo@unafisco-rj.org.br **Site:** www.unafisco-rj.org.br Distribuição Gratuita, circulação local. Tiragem: 3 mil exemplares. Textos assinados não contêm, necessariamente, a opinião dos responsáveis por este jornal.

Reforma da Previdência enfrenta resistências no Senado

Depois da votação da Reforma da Previdência em segundo turno na Câmara dos Deputados, os servidores públicos, com a exceção da nossa categoria, suspenderam as paralisações em todo o país. Dessa época até o Conselho de Delegados Sindicais (CDS) de 09 e 10 de outubro, as nossas paralisações foram sofrendo as dificuldades do isolamento de uma luta que não é só dos Auditores-Fiscais, enfraquecendo-se ao ponto de não criar a pressão suficiente para alcançar as modificações na Pec 67 no Senado Federal. Assim, em Assembléia Nacional no dia 13 de outubro, os AFRF decidiram, acatando a proposta do CDS, suspender as paralisações e buscar a rearticulação com outras categorias para fazer uma intensa movimentação às vésperas do primeiro turno da votação no Senado.

A DS/RJ tem se reunido com lideranças de outras entidades e com o Fórum Fluminense para planejar ações conjuntas. Em nível nacional, a Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Públicos Federais (CNESF), em Plenária no dia 11 de outubro, na qual

temas contidas na PEC. O senador Paulo Paim (PT/RS) apresentou a maioria das emendas e tenta, junto com os AFRF, convencer os demais senadores a apoiarem e aprovarem as modificações. Embora alguns senadores tenham sido sensibilizados, ainda não temos a correlação de força necessária para vencermos a batalha no Senado Federal, onde, no início de novembro, deve ser votada a Pec 67 em primeiro turno. Mas os AFRF irão trabalhar intensamente contra a reforma até a última votação.

PEC PARALELA É ABSURDO

A edição de uma segunda PEC sobre a reforma da previdência, onde serão “depositadas” as divergências é uma afronta à democracia. A PEC paralela tem o objetivo de aprovar a PEC 67 exatamente



Senador Marcelo Crivella

como veio da Câmara dos Deputados. A PEC 77/03 é o plano B (de Berzoini) e tramitaria no senado e depois na Câmara, emendando a outra já aprovada. Trata-se, naturalmente, de uma tática diversionista. A artimanha consiste em deixar adormecer a nova PEC até cair no esquecimento, visto que o governo não terá o menor interesse em fazê-la caminhar. O PFL já anunciou que irá ignorar a PEC e apresentará suas emendas.

DS/RJ promoveu encontros com senadores

Além de marcar forte presença no trabalho parlamentar em Brasília, a Delegacia Sindical do Rio de Janeiro também se mobilizou para conseguir promover em seu auditório debates entre os senadores fluminenses e a categoria. No dia 22/09, o senador Marcelo Crivella (PL) veio de Brasília para ouvir os argumentos contrários à reforma e levou cópias das emendas defendidas pelo sindicato. Crivella declarou que também não gosta dos rumos da reforma. Naquela ocasião, Crivella disse que “as regras de transição podem mudar se a mobilização dos servidores ecoarem lá no Senado”. Um item que ele considera certo é a instituição do controle social. Crivella declarou que votará contra a taxaço dos inativos, mas ressaltando que tudo deve passar por

negociação com o Executivo.

O segundo encontro, dia 26/09 foi com o senador Saturnino Braga (PT). Em debate que durou quase três horas, Saturnino defendeu a reforma apresentada pelo governo, mesmo admitindo que há exageros e até crueldades. Para ele, o caminho está correto, mas haveria necessidade de eliminar esses excessos que foram colocados na proposta para que ela seja aperfeiçoada.

Até o momento, o senador Sergio Cabral Filho (PMDB) não se comprometeu a vir ao debate com os auditores. Os diretores da DS/RJ foram recebidos no gabinete do senador aqui no Rio pelo assessor, que informou que o senador já tinha apresentado duas emendas: contra a taxaço dos inativos e a redução das pensões.



Senador Saturnino Braga

participou como delegado da DS/RJ o colega Luis Carlos Alves, aprovou um calendário que prevê, além de outras manifestações, uma paralisação no dia 28 ou 29 de outubro.

TRABALHO PARLAMENTAR DEVE SER INTENSIFICADO

Ao mesmo tempo, o Unafisco Sindical, junto com algumas entidades de servidores públicos, empenha-se em modificar, no Senado, a proposta aprovada na Câmara dos Deputados. Seguindo a orientação da categoria, foram redigidas diversas emendas relativas à paridade, taxaço dos inativos, regras de transição, pensão e previdência complementar. A tese geral é reverter as alterações sobre esses

A DS/RJ tem participado ativamente das discussões sobre a Reforma Tributária proposta pelo governo federal. No dia 28/06, Alexandre Teixeira fez palestra no Congresso Nacional do Sindicato dos Funcionários da Justiça, em Araruama. No dia 01/09, a convite do MODECON (Movimento em Defesa da Economia Nacional), participou de discussão sobre o tema no auditório da

DS/RJ discute Reforma Tributária

Associação Brasileira de Imprensa/ABI. Alexandre também participou de debate sobre a Reforma Tributária na CUT/RJ, junto com o economista Eduardo Serra no dia 08/10. Além dos debates, o Jornal dos Economistas publicou em sua mais recente edição um artigo do presidente da DS/RJ com as suas impressões sobre a política tributária do governo Lula, que reproduzimos em encarte.

30 de setembro

Com toda certeza este dia ficará gravado na memória de muitos Auditores-Fiscais da Receita Federal, principalmente dos que estavam no prédio do Ministério da Fazenda no Rio. Em operação conjunta com a Corregedoria da SRF a Polícia Federal surpreendeu funcionários e contribuintes ao executar mandados de busca e apreensão e de prisão nas dependências do MF. Havia policiais fortemente armados por

todo o quarto andar, nos acessos do elevador e escadas. A busca abrangeu vários setores, obrigando os funcionários a suspenderem suas atividades e deixarem seus locais levando apenas seus pertences. Causou perplexidade a presença da imprensa dando cobertura e transmitindo imagens quase ao vivo do local, visto tratar-se de operação sigilosa, desconhecida até pela administração da SRF.

Algumas das ações realizadas pela DS/RJ, na ocasião:

3 O diretor de defesa profissional da DS/RJ, João Abreu, presente em seu local de trabalho, um dos setores onde foi realizada a busca, imediatamente acionou a DS que solicitou a presença de advogados para acompanhar a ação e se inteirar dos mandados;

3 Diretores da DS, na ausência da administração da SRF no local, atuaram junto aos delegados da Polícia Federal e ao corregedor para tomar ciência do que estava acontecendo, tendo feito questionamentos sobre a autorização da presença dos repórteres, o que levou à imediata retirada da imprensa;

3 Os AFRF acusados foram assistidos pelos advogados e diretores da DS/RJ, inclusive na Polícia Federal, na Justiça Federal e na carceragem do

Ponto Zero. Quatro AFRF que utilizaram a assistência jurídica da DS obtiveram *habeas corpus* impetrados pelo Dr. Paulo Henrique, embora concomitante com a revogação das prisões pelo juiz titular da 3ª Vara Federal;

3 A DS providenciou que os AFRF que não foram presos no local se apresentassem acompanhados por advogado na sede da Polícia Federal do Rio;

3 A diretoria da DS/RJ reuniu-se com o corregedor Moacir Leão para obter maiores esclarecimentos das ações e apresentar o posicionamento do Sindicato quanto à operação;

3 Os AFRF, que manifestaram interesse, estão sendo assistidos pelo advogado da DS/RJ;

Aos Auditores Receita Federal verdade com fatos

As sucessivas e graves denúncias vêm, nos últimos tempos, ocupando o todos os AFRF e abalam a reputação abrangem todos os níveis hierárquicos criminosa. Diante deste fato os altos es casa parece indefesa.

Neste momento os AFRF debatem Acusações superficialmente investigadas tempo gerando dúvidas e colocando em de todos os seus servidores.

A sociedade brasileira deseja, e o denúncias, em toda a sua extensão e e a Lei prescreve os meios e a forma competentes para tanto estabeleçam cometidos e identifiquem inequivocamente parem dúvidas sobre os demais servidores deste órgão.

Exigimos que seja estabelecida fatos pois somente ela poderá restituir nos o respeito da sociedade brasileira que temos direito.

Sistemas e Administração tributária precisam de mudanças urgentes

No calor da discussão do caso ocorrido na DERAT, foi aprovada, no Rio de Janeiro, na Assembléia de 02/10/03, e posteriormente no CDS, proposta de se realizar uma campanha nos moldes da promovida em 1991, pelo então SINDIFISCO, “Corrupção uma via de mão dupla”. A idéia é colocar em discussão o outro lado, que pouco se comenta,

o dos corruptores, além de consolidar as denúncias do sindicato sobre a leniência da legislação tributária, o afrouxamento dos procedimentos de controle e a vulnerabilidade dos sistemas informatizadas da SRF, que têm

beneficiado os sonegadores e criado o ambiente propício para corrupção. A DS/RJ está organizando um grupo de trabalho para levantar propostas de criação de procedimentos para dar maior segurança aos servidores e ao Estado.

Os colegas já podem contribuir, enviando suas análises para o endereço eletrônico grestudotributarios@yahoogroups.com

...res Fiscais da ...eral apenas a ...mprovada dos ...atisfará.

contra servidores da Receita Federal que noticiário nacional, atingem a dignidade de da própria instituição. Os fatos noticiados como se fôssemos uma grande organização calções perdem-se em acusações mútuas e a

n-se entre a perplexidade e a indignação.. as ou interrompidas permanecerão por longo a questão a credibilidade da SRF e a honradez

s ARFR exigem, a completa apuração das m todos os níveis. Para atingir este objetivo Precisamos que os agentes legalmente a comprovação dos delitos efetivamente mente os seus autores, para que ao final não ores da Receita Federal e sobre a legitimidade

a verdade completa e inquestionável dos

Corregedoria: por um novo paradigma de atuação

A Corregedoria Geral da Secretaria da Receita Federal foi o resultado de muitos anos de luta dos Auditores-Fiscais, que sempre defenderam a sua independência e autonomia, com poderes para investigar os indícios de desvios de conduta em todos os níveis hierárquicos. Assim dispunha a tese *CORREGEDORIA: A HORA DE UM NOVO PARADIGMA* aprovada no último CONAF.

Nada mais oportuno, em relação aos últimos acontecimentos, do que transcrever a parte final da citada tese: "... impõe-se uma mudança de paradigma de modo a dotar o órgão correicional de independência efetiva, para que o seu controle possa abranger a instituição como um todo, inclusive o próprio secretário da Receita Federal, a quem não pode estar subordinado."

Não se trata, evidentemente, de acrescentar suspeita a quem quer que seja, mas ninguém pode se colocar acima das investigações. Muito menos se pode reduzir tudo a uma mera disputa de poder, quando as denúncias e investigações atingem o andar de cima.

Não se pode esquecer, ainda, que a Controladoria-Geral da União manifestou oficialmente haver elementos para se fazer as apurações que envolvem, principalmente, assessores diretos do anterior e do atual secretário. Se tais investigações devem sair do âmbito da SRF, estas deveriam ser conduzidas por aquele órgão, segundo o artigo 14 da MP 2.143-31/01, e não pela Procuradoria da Fazenda Nacional, que, além de não ter previsão legal ou regimental para tal, participou de polêmica pública com o corregedor, assumindo a defesa da alta administração da SRF.

Os auditores querem que tudo seja apurado, em todos os níveis. Queremos também que o trabalho seja feito com cuidado e descrição para que a pressa e a publicidade exagerada não prejudiquem as investigações, não maculem a categoria e a instituição e nem enxovalhem a imagem de pessoas honestas. Várias autoridades, da SRF e do Governo, também assim têm se pronunciado. É de lamentar apenas que isso só ocorra a partir do envolvimento de nomes de pessoas do alto escalão.

DS/RJ defende a categoria na imprensa

A DS/RJ tem ocupado espaços na imprensa defender a categoria contra as generalizações e o sensacionalismo em torno dos fatos recentes. A mensagem levada aos meios de comunicação é a defesa intransigente do rigor nas apurações, dentro dos preceitos legais, para que não paire dúvidas sobre a categoria, composta por servidores públicos compromissados com os interesses do país. Também tam alertado que, tão importante quanto as investigações, é o investimento

na segurança dos equipamentos e nos procedimentos internos da SRF para atacar as fragilidades que denunciemos há vários anos.

Nas últimas semanas, o presidente da DS/RJ, Alexandre Teixeira, esteve em entrevistas na Rede CNT, na Rádio CBN e no programa Faixa Livre, da Rádio Bandeirantes. A partir de correio eletrônico de um associado, a DS também contactou o jornalista Miguel Paiva, da Rede Brasil/TVE, que fez comentários destrutivos

sobre a categoria durante o noticiário da emissora. Paiva defendeu a extinção dos fiscais. Após cordial troca de correspondências, recebemos do jornalista sinalização de que tinha percebido excessos e descuido em seus comentários. Miguel Paiva admitiu levar ao ar as considerações do Unafisco sobre o caso. A DS já enviou material ao jornalista para que use em seus comentários. As correspondências estão no encarte.

ABAFIA completa 81 anos com planos para o futuro

No dia 7 de setembro, a Associação de Auditores Fiscais do Tesouro Nacional na Área Aduaneira (ABAFIA) comemorou 81 anos de sua fundação com uma missa na Igreja de Santa Rita de Cássia e um grande almoço em sua sede, na Praça Mauá, ao qual compareceram mais de 70 convidados. No dia de seu aniversário, a ABAFIA deu posse a nova Diretoria, eleita em Assembléia Geral em 7 de agosto. Diretores da DS/RJ estiveram presentes ao evento e foram carinhosamente recebidos por toda a diretoria, especialmente pelo presidente e pelas diretoras Nydia e Clarita.



Em rápida entrevista na sede da ABAFIA, na Praça Mauá, o presidente fala alternadamente dos planos para o futuro, “queremos criar um plano de poupança”, e das passagens mais marcantes da carreira de Auditor. “Em 1894, foi editada a primeira lei estruturando a carreira, era a Consolidação das Leis da Alfândega. Mais tarde, Juscelino Kubitschek fundiu as carreiras aduaneiras e depois, em 1985, juntaram em uma só carreira os fiscais do Imposto de Renda, do Imposto sobre Consumo e da área aduaneira, criando os Auditores Fiscais do Tesouro Nacional, AFTN, agora chamada de Auditores-Fiscais da Receita Federal”

Atualmente, a ABAFIA tem 154 associados. Mário Gonçalves tem planos para ampliar o quadro de associados, incluindo benefícios para as viúvas dos auditores e incrementando as atividades de confraternização que promove. A associação realiza toda primeira quinta-feira de cada mês um almoço e cede suas instalações para solenidades e cerimônias de seus associados.

ABAFIA também tem um bom acervo sobre a Receita Federal em sua biblioteca e

Composição da nova diretoria da ABAFIA

Presidente

Mário Gonçalves de Albuquerque

1º Vice-presidente

Nydia Alves Moreira da Silva

2º Vice-presidente

Trentino Marino

1º Secretário

Luiz Costa Côrtes

2º Secretário

Manoel Gomes de Oliveira

1º Tesoureiro

Antonio Sampaio e Silva

2º Tesoureiro

Orlando Teixeira dos Reis

Diretor Jurídico

José Wilson de Oliveira

Vice-diretor jurídico

Altamiro Alves da Cruz Pereira

Diretor Social

Clarita da Encarnação

Vice-diretor Social

Raimundo de Magalhães Costa

CONSELHO FISCAL

Durval Barbosa de Souza

Heitor Raymundo de Mello Junior

Ivo Elias Wanderley

José Martins Ney da Silva

Luiz Batista de Moraes

SUPLENTES

Carlos Rodrigo da Silva Machado

Derzuilo Correia de Melo

Eugênio Ferreira de Paiva

José Maria Pinto

José Paulo Siviero

um salão com capacidade para 100 pessoas.

Um dos atrativos da sede é a bela vista da Baía da Guanabara, que pode ser apreciada de suas varandas.

Vale a pena fazer uma visita e mergulhar nas histórias contadas nos livros e na

agradável conversa de Mário Gonçalves, que guarda de memória boa parte da trajetória do fisco em nosso país.

O endereço da ABAFIA é Rua Sacadura Cabral, 120 - 11º andar Praça Mauá, RJ. Fones (21) 2263.1522 / 2263.0478

III Fórum Social do Rio de Janeiro

O III Fórum Social do Rio de Janeiro, realizado nos dias 3 e 4/10, em Nilópolis, Baixada Fluminense, marca a aproximação do encontro, que faz parte do calendário de expansão do Fórum Social Mundial, com os movimentos populares que lutam pela transformação de uma das áreas mais empobrecidas em nosso estado. A DS/RJ foi uma das patrocinadoras do Fórum. Mais de 400 pessoas participaram das palestras, debates e oficinas livres. O tema central foi “O Brasil que temos e o Brasil que queremos”.

O destaque na abertura foi a presença

do sociólogo Emir Sader. No dia 4, pela manhã, estavam da mesa Frei Davi, idealizador dos cursos de pré-vestibular para negros e carentes, Paulo Passarinho, do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro, e José Luis Patrola, pelo MST.

À tarde, foram oferecidas mais de 20 oficinas livres. O Unafisco Sindical organizou a oficina “Fuga de capitais e endividamento público: aspectos sociais, econômicos, fiscais e jurídicos”, em parceria com a ATTAC, BNDES e Fórum Fisco, e esteve representado na mesa pela sua presidente, Maria Lucia Fattorelli Carneiro.

UNAFISCO SAÚDE

Venha conhecer as vantagens do nosso Plano de Saúde. Procure a nossa representante local, Cátia Beserra, ou o conselheiro curador, Wilson Cruz, e saiba mais sobre a qualidade da rede credenciada ao Unafisco Saúde.

DS/RJ ocupa presidência do Conselho de Delegados Sindicais

O presidente da DS/RJ, Alexandre Teixeira, foi eleito presidente da Mesa Diretora do CDS no dia 05/09, em concorrida reunião onde estavam representadas todas as 65 Delegacias Sindicais do país. Participaram do pleito duas chapas e o resultado reafirmou a histórica independência do CDS em relação à Diretoria Executiva Nacional. A chapa vitoriosa obteve 37 votos contra 26 da outra chapa, encabeçada pelo colega Oscar Fioravanti, da DS de Presidente Prudente, e 2 abstenções.

Para Alexandre, esse resultado trará ganhos para a organização sindical e a democracia no Unafisco. “A representatividade da chapa, que tem Auditores Fiscais de vários concursos desde 1980

e de quase todas as regiões também é importante”, assinalou.

O CDS, uma espécie de legislativo do Unafisco, é, reconhecidamente, uma das instâncias mais importantes para a sua administração. No dia 04/09, o Boletim Nacional da DEN, publicava em editorial: “Ao longo dos anos, o CDS, como é chamado, vem deixando marcas indeléveis de sua relevância para as conquistas da categoria. Instância do Unafisco Sindical que propõe, discute e delibera grandes temas (...), o CDS deve ser,



em sua eleição deste ano, um marco”.

O CDS, junto com o CONAF, é responsável pela propositura das diretrizes para a gestão do sindicato, onde os AFRF se reúnem para debater as questões surgidas em todo o Brasil.

Componentes da Mesa Diretora do CDS

Presidente – Alexandre Teixeira / DS-Rio de Janeiro

1º Vice-presidente - Roberto Duarte Alvarez /
DS-Florianópolis - Itajaí

2º Vice-presidente - Emanuel Carlos Dantas de Assis /
DS-Paraíba

Secretária-Geral – Clair Maria Hickmann / DS-Curitiba

1º Secretário – Paulo Roberto Torres / DS-Ribeirão Preto

2º Secretário – Alfredo Antônio Castanheira Filho /
DS-Vitória da Conquista



O que é o CDS?

O CDS, composto pelos Presidentes das Delegacias Sindicais, reúne-se ordinariamente, no mês de maio de cada ano, “para apreciar o balanço patrimonial, o resultado do exercício e demais contas de receitas e despesas, bem como o relatório de desempenho da DEN, relativo ao exercício anterior, e em novembro, para aprovar a proposta orçamentária do exercício seguinte”, conforme o art. 27 do Estatuto do Unafisco. O CDS também pode ser convocado extraordinariamente por sua Mesa Diretora, pela DEN ou por solicitação de um terço de seus

membros, sempre com, no mínimo, dez dias de antecedência.

Além das atribuições citadas, compete ao CDS, entre outras, propor e aprovar o regimento das eleições nacionais; autorizar a alienação ou gravame de bens imóveis; deliberar e regulamentar sobre matérias do CONAF, quando solicitado; inventariar, extraordinariamente o patrimônio do Unafisco Sindical; indicar, quando julgar necessário, indicar um Grupo de Auditoria, interno ou externo, para examinar as contas da DEN; convocar o CONAF e a Assembléia Nacional.

PROGRAMA FAIXA LIVRE

**Rádio Bandeirantes
1360 AM**

**De segunda a sexta,
das 07:30 às 09:00h**

**Política, economia,
notícias do dia e muito mais.**

**Às segundas-feiras com a
participação do Fórum Fisco/RJ**

Reforço de caixa

Ilmo. Jornalista Merval Pereira

Refiro-me a sua coluna em 10 de outubro de 2003, sob o título “Reforço de Caixa”, que trata da hipótese de anistia ao crime de remessa ilegal de divisas ao exterior. Preliminarmente, é preciso acabar com o eufemismo: sonegação, evasão e fraude tributária são crimes e quando não são exemplarmente punidos desestruturam a sociedade. As cadeias abarrotadas, ruas repletas de pedintes, degradação da saúde pública e abandono de idosos são conseqüências indubitáveis do crime de sonegação.

O empresário honesto que paga o tributo é prejudicado pelo concorrente criminoso que sonega, a alocação de recursos e a eficiência econômica são deturpadas e a distribuição de renda é prejudicada pela retenção criminosa de renda forçando a elevação dos tributos e o endividamento do Estado. A sonegação cria um ciclo vicioso de limitação do desenvolvimento social e econômico. A ação efetiva do estado na cobrança da dívida ativa da União e os tributos devidos são suficientes para resolver os “nossos compromissos externos previstos para 2004”, conforme suas palavras.

Constumava-se argumentar que a anistia interna era concedida pelo fato das multas e juros eram elevados de forma que não seria possível ao devedor pagá-los. Assim, nascem os REFIS, 1 e 2. O Prefeito César Maia ouviu a mesma ladainha, quanto ao IPTU, mas, em lugar de anistia, determinou a execução fiscal dos débitos, resultado : ninguém morreu ou quebrou, provavelmente alguns repatriaram o numerário para não perder o patrimônio, e a fazenda do município do Rio de Janeiro teve um verdadeiro REFORÇO DE CAIXA e hoje jorra dinheiro.

Permita-me apresentar-me. Sou Auditor Fiscal da Receita Federal, economista, mestre em administração, com formação na UFRJ, COPPEAD, FMI e ESG e experiência profissional no mercado financeiro internacional e creio que eu não possa ser considerado um

“Marxista” (apesar de conhecer a teoria por obrigação profissional), adicionalmente sou ativo participante das ações de minha categoria, ao ponto de ser o autor da tese aprovada pelo congresso de Auditores Fiscais em 2002 que estabelece bases para implantação de um conselho de ética para a categoria.

Tal apresentação não é manifestação de ego, mas referências para lhe afirmar que minha argumentação se faz sob sólidas bases teórica e prática. Minha categoria foi referenciada pelo ilustre jornalista como uma “corporação” que, segundo o advogado Ives Gandra, possui “visão nitidamente marxista, e que está em constante oposição à orientação da direção”. Ora, estar em desacordo com a direção da Receita Federal hoje é uma excelente

recomendação, vez que direção a Receita Federal infelizmente atualmente freqüenta páginas dos noticiários em razão de escândalos, juntamente a uma minoria inexpressiva de auditores igualmente submetidos ao rigor da lei.

A categoria de Auditores Fiscais é formada por elementos oriundos da classe média e a ela pertencentes - isto é fato - e por definição da enfadonha doutrina Marxista, a classe média não possui ideologia, logo a premissa é incongruente com a conclusão. Vê-se que análise dialética marxista não nos enquadra como tal, restando absurda a propositura do ilustre rábula. Maior absurdo seria considerar-nos elite “marxista”. A imensa maioria da categoria é composta por gente honesta que não é remunerada pela responsabilidade de suas funções (devido a uma década sem reajustes), que trabalha duro e sob risco de vida (há dias atrás um auditor reteve uma mochila de jóias e foi ameaçado de morte por policial federal, outro auditor teve o carro metralhado no sul por realizar investigações incômodas -mas isto não tem sido relevante para a mídia).

Vencida a análise política e passando à questão ética, a anistia ao crime de evasão fiscal é imoral e ilegítima. A legitimidade foi levantada por V.Sa. vez que dá ao criminoso tratamento beneficiado e diferenciado daqueles que

ao longo dos anos sustentaram o erário público. É imoral, pois conceder-se-ia a remissão aos que, não tendo contribuído com o erário, causaram a morte em filas de hospitais públicos, mantiveram aposentados na penúria, desempregaram trabalhadores e desviaram a infância da educação e agravaram o endividamento do Estado. Em verdade a proposta de anistia, cuja primeira formulação ouvi do Sen. Mercadante, é mais um grande conchavo vergonhoso que se tenta articular.

Vamos às “technicalidades”. Tecnicamente a proposta é equivalente ao REFIS (que na versão do governo do PT, foi votado por acordo de liderança e promulgado pelo presidente numa sexta-feira à noite e publicado na manhã seguinte em edição especial do DO no sábado- para bom entendedor um pingo é letra, o PT tinha vergonha do que fez, mas fez), entretanto o REFIS beneficiou muitos criminosos de pequena expressão (e para ser legitimado” na versão PT, permitiu o parcelamento também às pessoas físicas), já a anistia do crime de evasão de divisas beneficiaria os tubarões, sob risco das investigações da CPI do BANESTADO.

Quanto à CPI devo-lhe fazer relevante crítica, vez que V.Sa. escreveu “A CPI do Banestado, demonizando as contas CC-5 e confundindo dinheiro sujo com dinheiro legal,...”, ora o crime que a CPI apura é evasão de divisas, e neste caso, usando sua caracterização, todo dinheiro é sujo. Não está em questão o que se chama de “crime antecedente” que dá origem ao dinheiro remetido. Esta será uma outra fase. Se o dinheiro evadido é de origem lícita, é só crime de evasão fiscal e a investigação termina na representação da Receita ao Ministério Público, se for de origem ilegal há crime financeiro cuja investigação deverá prosseguir no âmbito da PF.

Apoiar o combate à sonegação, o aumento do poder de polícia do fisco e a efetiva punição do crime tributário é mais eficiente e ético do que apoiar a anistia a criminosos.

Atenciosamente,
ATILAGOMES
Auditor Fiscal da Receita Federal,
leitor assíduo desta coluna.